

## I. APRESENTAÇÃO

O Parque Estadual das Lauráceas (PEL) foi criado em 1979, com o objetivo de conservar importantes remanescentes de uma outrora vasta biodiversidade paranaense, e promover a visitação pública, pesquisa e educação ambiental. Lauráceas é atualmente o maior parque estadual do Paraná, com aproximadamente 27.524 ha.

Inserido em uma região caracteristicamente montanhosa e com vales profundos, o PEL abriga uma extensa rede de drenagem, protegida pela Floresta Atlântica, onde também estão presentes cavernas e formações calcárias associadas a uma significativa biodiversidade.

Constituindo-se um dos últimos remanescentes de Floresta Atlântica na região, o PEL possui atributos naturais que o enquadram em uma região estratégica em relação ao Componente Corredor Central da Mata Atlântica, estabelecido para possibilitar a efetiva conservação da diversidade biológica no Brasil.

No entanto, esse patrimônio encontra-se severamente ameaçado pela sua gradativa situação de insularização, pela drástica diminuição do estoque de palmito e pela caça de animais ameaçados de extinção, como a anta (*Tapirus terrestris*) e a jacutinga (*Pipile jacutinga*), entre tantas outras. As constantes ocupações de áreas em seu perímetro, queimadas, extração de madeira e o desmatamento, definem boa parte da paisagem da sua área de entorno.

Por não dispor ainda da infra-estrutura necessária, o Parque nunca foi aberto à visitação pública para fins educativos e recreacionais e sua utilização atual tem sido limitada à realização de visitas técnicas e algumas pesquisas científicas, entre as quais, sobre o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), espécie seriamente ameaçada de extinção.

Este documento apresenta o planejamento do PEL que, fundamentado nos objetivos de criação da Unidade, estabelece seu zoneamento, normas e diretrizes para o manejo dos recursos naturais, bem como a indicação das estruturas físicas necessárias à sua gestão, propiciando o desenvolvimento das atividades em curto, médio e longo prazo.

A efetiva implementação do PEL exige a utilização de estratégias voltadas para resgatar a Unidade das mãos dos infratores que atualmente utilizam, de forma ilícita e criminosa, os recursos naturais da Unidade.

Estas estratégias visam o desenvolvimento do uso público, especialmente na porção central da Unidade, como forma de coibir as ações ilegais e criar demandas que movimentem a estrutura do Estado e da região onde está inserido, para obtenção dos meios necessários que permitam o cumprimento de seus objetivos de manejo.

Uma vez ocorrendo a visitação, serão gradativamente criadas as diretrizes que darão suporte a financiamentos, ações voluntárias e políticas conservacionistas, garantindo assim a viabilidade das ações a médio e longo prazo.

Deve ser ressaltado que na implementação do PEL, devido às características de solo e relevo, qualquer decisão relacionada ao desenvolvimento de infra-estrutura pode causar impactos negativos tanto no curto como no longo prazo, principalmente, se não for considerado um planejamento dinâmico e monitorado.

A efetiva implementação da Unidade depende ainda, dos recursos humanos necessários, pois nem mesmo o melhor plano de manejo e infra-estrutura poderão ser satisfatórios, caso não haja funcionários treinados e em número suficiente para a realização das atividades.

## Estrutura do Documento

O Plano de Manejo encontra-se dividido em XI capítulos. Os quatro primeiros contêm as informações gerais sobre a Unidade e sua Área de Influência, e aquelas específicas que caracterizam não só o PEL, como também sua Zona de Amortecimento, seus aspectos culturais e organizacionais e os fatores abiótico e bióticos.

O capítulo V apresenta uma análise sobre o “estado da arte” dos recursos naturais da Unidade, as principais ameaças à sua integridade e manutenção e os aspectos que os tornam relevantes.

O manejo da unidade e sua implementação são tratados, respectivamente, nos capítulos VI e VII, que detalham as diretrizes e bases do planejamento, através da definição dos objetivos de manejo, zoneamento, normatização, programas, subprogramas, atividades e ações, que se encontram distribuídas ao longo de três fases de implementação da Unidade (em curto, médio e longo prazo).

Os Planos Operacionais encontram-se em planilhas no capítulo VIII, onde estão definidos os prazos, responsáveis e custos específicos das ações.

O capítulo IX trata da monitoria e avaliação do Plano de Manejo contendo os pressupostos à realização das atividades, seus indicadores, a identificação do estágio de implementação do Plano, e de eventuais causas da não execução das atividades, custos e as ações corretivas, possibilitando também a revisão de todo o Planejamento.

Os capítulos X e XI contêm a bibliografia e os anexos, respectivamente.

## II. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO

### 1. FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS E ESTRUTURA DECISÓRIA

A elaboração da primeira versão do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas (PEL) ocorreu em duas fases (abril-maio e junho-julho de 2002), tendo como meta, ao final de quatro meses: a definição dos objetivos de manejo; o zoneamento (com normas e diretrizes), e a elaboração dos Programas de Manejo, subprogramas e atividades. A versão final do documento foi concluída entre os meses de outubro e novembro, após análise pelo IAP, que resultou na realização de ajustes e complementações.

A equipe contratada para a elaboração do Plano de Manejo foi encarregada de formular as primeiras propostas, indicando ações factíveis para o desenvolvimento de estratégias de conservação e visitação à Unidade. Ao final de cada fase, estas foram apresentadas e discutidas em plenária com um grupo de técnicos pertencentes ao IAP e à Coordenação do Programa Pró-Atlântica<sup>1</sup>.

Este grupo técnico constituiu-se no embrião do Conselho Consultivo da Unidade, tendo como função à análise e discussão das propostas apresentadas pela equipe e o fornecimento de contribuições técnicas e gerenciais, legitimando e fortalecendo o processo participativo, para que este tenha continuidade. Uma vez discutidas, as propostas foram incorporadas ao Plano de Manejo, cabendo à equipe fazer os ajustes necessários e redigir as seções do Plano.

Com o intuito de obter contribuições sobre os diferentes temas tratados, alguns capítulos da versão preliminar do Plano foram encaminhados, pela gerência da Unidade, a integrantes do Grupo de Planejamento e funcionários de diversos setores do IAP e da SEMA.

### 2. TRABALHOS DAS ÁREAS TEMÁTICAS: MEIO FÍSICO E USO PÚBLICO

Durante dois dos quatro meses de trabalho, a equipe responsável pela elaboração do Plano foi integrada por especialistas na área de manejo do Meio Físico (geomorfologia, espeleologia e recursos hídricos) e Uso Público. As informações sobre as demais áreas de conhecimento, que subsidiaram a redação de diversos capítulos do Plano, foram obtidas no relatório da Avaliação Ecológica Rápida (AER), realizada em 2000, através de equipe multidisciplinar (Anexo 1).

No entanto, deve ser ressaltado que houve diferenças em relação à escala e precisão do mapa de vegetação utilizado na AER em relação àquele usado para elaboração do Plano. Este último contou com uma interpretação mais precisa e atualizada, ampliando as classes de

vegetação e alterando algumas áreas de recobrimento geradas pela AER. Estas diferenças explicam os distintos valores encontrados no relatório temático de vegetação. Na medida do possível, tendo em vista a ausência dos meios necessários para atualização do levantamento em campo, o Plano de Manejo consolidou essas diferenças, através do geoprocessamento.

Para facilitar as ações de manejo, o zoneamento da Unidade de Conservação foi elaborado com base nas manchas de vegetação e uso do solo predominantes, tendo sido desconsiderados os pequenos fragmentos de outras tipologias, quase sempre presentes sob a forma de mosaico. Assim sendo, há fragmentos de florestas e estágios sucessionais secundários dentro de Zonas de Recuperação, bem como áreas degradadas em Zonas Primitivas.

## Métodos

Para elaboração do Plano de Manejo, foram realizadas 11 saídas a campo, totalizando 31 dias, sendo 17 para o Meio Físico e 14 para Uso Público. A síntese dos trabalhos realizados por área temática encontra-se a seguir.

### *Meio Físico (Espeleologia)*

Os levantamentos e análise do Meio Físico centraram-se na(s):

- áreas-alvo para o uso público;
- análise da situação ambiental e características das cavidades e seu entorno;
- coleta de dados das cavidades (fauna cavernícola), elementos de interesse e acessos existentes em cada região; e
- confecção de mapas, croquis e relatório com os dados levantados na fase de campo.

Os dados ambientais analisados foram utilizados para embasamento e detalhamento das propostas dos programas e atividades de manejo, bem como na proposição do zoneamento das cavidades, infra-estrutura, manejo de visitantes e sugestões de realização de pesquisas e ações para o monitoramento. Neste estudo, foram também consideradas as cavidades que se encontram nos limites da Unidade.

---

<sup>1</sup> - Programa do governo financiador do Plano de Manejo.

### *Uso Público*

Durante o levantamento das características do PEL foi realizado o diagnóstico do potencial de uso recreativo da Unidade, o qual serviu como base para o planejamento da estrutura física e administrativa, necessárias à realização das atividades de uso público.

As propostas de manejo foram direcionadas para cada área de acordo com o nível de primitividade<sup>2</sup>, como por exemplo, na área da serraria, onde deve-se implementar o mínimo de infra-estrutura possível.

Para um melhor planejamento e execução das diversas atividades que ocorrerão no PEL, foram definidas duas Áreas de Desenvolvimento (AD): AD Sede Caratuval e AD Rio Larginho.

As áreas de desenvolvimento, conforme IBAMA/MMA (1996), são criadas para facilitar a identificação de pontos específicos onde são desenvolvidas as atividades dentro da Unidade, minimizando os possíveis impactos causados pela implantação das instalações e equipamentos.

A AD Sede Caratuval localiza-se na atual sede do Parque; a AD Rio Larginho corresponde a área onde existiu uma serraria, ambas situam-se no setor central da Unidade em áreas alteradas e de fácil acesso.

Para definição do traçado preliminar das trilhas foram identificados diversos locais potenciais, levando-se em consideração os fatores limitantes para implantação, sendo então selecionado o traçado mais adequado.

---

<sup>2</sup> Com o mínimo ou nenhuma infra-estrutura, mantendo-se as características naturais da área.

### III. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

#### 1. FICHA TÉCNICA

<b>NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS (PEL)</b>	
<b>UGR (Unidade Gestora Responsável): Instituto Ambiental do Paraná – IAP</b>	
Endereço da sede	R. Engenheiros Rebouças, 1375. CEP 80.250-115 Curitiba – PR.
Telefone/Fax	(41) 333.50.44/ 334.43.68
Site	<a href="http://www.iap.pr.gov.br/iap/">http://www.iap.pr.gov.br/iap/</a>
Superfície	27.524,33 ha
Perímetro	159 km
Município e percentual abrangido	Adrianópolis (17,8%) e Tunas do Paraná (5,7%)
Estados que abrange	Paraná
Coordenadas geográficas	24°40'44"S (extremo norte); 24°58'39"S (extremo sul); 48°32'17"W (extremo leste); 48°44'29"W (extremo oeste)
Decreto e data de criação	Decreto Estadual nº 729 de 27/06/79
Biomos e ecossistemas	Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) em suas Formações Aluvial, Submontana, Montana e Alto Montana; Região de contato entre esta e a Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária); e Vegetação Rupícola.
Principais espécies da flora e ameaçadas de extinção	Identificadas 750 espécies, 39 ameaçadas, com destaque para o palmito-juçara ( <i>Euterpe edulis</i> ) e lauráceas: imbuia ( <i>Ocotea porosa</i> ) e canela-coqueiro ( <i>Ocotea catharinensis</i> ).
Principais espécies da fauna e ameaçadas de extinção	291 espécies de aves (25% endêmicas), sendo 7,6% ameaçadas de extinção, como: jacutinga ( <i>Pipile jacutinga</i> ), gavião-de-penacho ( <i>Spizaetus ornatus</i> ), curió ( <i>Orizoborus angolensis</i> ), papagaio-de-peito-roxo ( <i>Amazona vinacea</i> ) e gavião-pombo-grande ( <i>Leucopternis polionota</i> ).  76 espécies de mamíferos (grande número destas raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção): onça-parda ( <i>Puma concolor</i> ) e felinos em geral; paca ( <i>Agouti paca</i> ), anta ( <i>Tapirus terrestris</i> ), veados ( <i>Mazama spp.</i> ), queixada ( <i>Tayassu pecari</i> ) e lontra ( <i>Lutra longicaudis</i> ).
Belezas cênicas/atrativos	Cachoeiras, pequenas cavernas, lagoas, nascentes de rios e ambientes florestais conservados.
Atividades desenvolvidas	Fiscalização e pesquisa.
Principais problemas e ameaças	Extração de palmito, caça, captura de animais silvestres, fogo, espécies exóticas (samambaia, pinus, lírio-do-brejo, capins para pastagens), desmatamentos e exploração seletiva, depredações em grutas e cavernas próximas aos limites do PEL.

<b>NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS (PEL)</b>	
<b>UGR (Unidade Gestora Responsável): Instituto Ambiental do Paraná – IAP</b>	
Infra-estrutura instalada	1 casa com 2 módulos: residência guarda-Parque (5 cômodos) e alojamento para administração/fiscalização/pesquisa (6 cômodos); casa gerador (alvenaria).
Clima	Predomina Cfb (Köppen): subtropical úmido mesotérmico, com ocorrência de geadas severas e freqüentes, sem estação seca definida; temperatura média anual entre 17°C e 18°C; pluviosidade entre 1400 a 1500 mm/ano; umidade relativa entre 80% e 85%.
Geologia/geomorfologia	Inserido na margem SE da Plataforma Continental Sulamericana, nas unidades geológicas do Cinturão Móvel Ribeira, Grupo Açungui, Formações Setuva e Capirú. Encontra-se no 1º Planalto Paranaense, com relevo montanhoso e vales profundos (cotas altimétricas entre 100 m e 1.226 m).
Bacia(s)	Inserido na porção leste da Bacia Hidrográfica do Ribeira.
Recursos hídricos	Rios com nascentes no Parque: Guaracuí, Pimentas, Veados, São João e Poço Grande; rios de áreas externas: São Miguel e Putunã; rios que fazem divisa: São João, João Surrá, Pardo e Putunã.

## 2. ORIGEM DO NOME

O nome adotado para o Parque Estadual das Lauráceas (PEL) foi motivado pela grande ocorrência de exemplares da família botânica “Lauraceae” (canelas em geral) na área onde se encontra a Unidade.

## 3. LOCALIZAÇÃO E ACESSO A UNIDADE

O PEL está localizado na porção nordeste do Estado do Paraná, próximo à divisa com o Estado de São Paulo, nos municípios de Adrianópolis e Tunas do Paraná (Microrregiões Geográficas nº35 e nº37). Estes municípios fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba - RMC e suas sedes encontram-se, respectivamente, a 127 km e 74 km da capital (Figura 3.1).

O limite extremo setentrional da Unidade de Conservação está situado a 24°40'44”S; o meridional a 24°58'39”S; o oriental a 48°32'17”W; e o ocidental a 48°44'29”W.



FIGURA 3.1 LOCALIZAÇÃO DO PEL EM RELAÇÃO À REGIÃO

A única forma de acessar o Parque é utilizando-se de automóvel, uma vez que não há linhas regulares de ônibus que atendam a região.



O acesso pode ser feito por duas rodovias federais distintas: a BR-476, conhecida como Estrada da Ribeira; e a BR-116, rodovia Régis Bittencourt que liga Curitiba a São Paulo. Ambas em ótimo estado de conservação (Figura 3.2).

A BR-476 está em fase de pavimentação, já tendo atingido as proximidades do acesso ao Parque Estadual de Campinhos, durante a elaboração deste Plano de Manejo. Deve-se, porém, observar que, por ter sido aproveitado seu antigo traçado, é uma estrada muito sinuosa que requer atenção redobrada e baixas velocidades.

As estradas não pavimentadas encontram-se em bom estado de conservação (abril/junho de 2002), com cobertura de saibro em quase toda sua extensão, e permitem o tráfego de automóveis normais de passeio. Atualmente, apenas nos dois quilômetros finais, entre a sede da fazenda da madeireira Berneck e o portão de entrada do Parque, pode haver situações em que motoristas de veículos de passeio encontrem maiores dificuldades, devido a um íngreme acentuado, além de um ou dois pontos de erosão na estrada. Assim, veículos com tração integral (4x4) ou traseira são recomendados, mas não obrigatórios, exceto em épocas chuvosas, quando a referida rampa torna-se muito escorregadia e dificulta, senão impede, a subida de veículos com tração dianteira.

Em determinadas épocas o tráfego de caminhões de toras e equipamentos florestais pode tornar-se mais intenso devido à exploração dos plantios de pinus da região, exigindo maiores cuidados por parte dos visitantes.

### Acesso pela BR-476

Pela Estrada da Ribeira percorre-se 115 km desde o Trevo do Atuba até a entrada do PEL. Destes, 59 km são asfaltados e 56 km são estradas não pavimentadas, em estado de conservação médio a bom (abril/junho de 2002). Por este percurso leva-se em torno de 03:30 h até o portão de entrada do Parque.

#### *Descrição*

A partir de Curitiba segue-se em direção a Tunas do Paraná até a entrada para o Parque Estadual de Campinhos. Neste ponto deixa-se o asfalto por uma estrada secundária não pavimentada à direita, em direção à colônia Marquês de Abrantes e desta até a localidade de Pacas. A partir de Pacas segue-se pela estrada da empresa Berneck, por 24 km até a entrada do Parque.



FIGURA 3.2 LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

### Acesso pela BR-116

Acessando-se o Parque por esta rodovia, são 114 km de estradas, dos quais 63 km pela Rodovia Régis Bittencourt e 51 km em estradas não pavimentadas em ótimo estado de

conservação (abril/junho de 2002). Por este caminho são cerca de 2 h e 45' até a sede do PEL, a partir do Trevo do Atuba.

### *Descrição*

Partindo-se de Curitiba em direção a São Paulo, passa-se pelo Posto Alpino e acessa-se um retorno, 2 km adiante deste. Uma vez no sentido para Curitiba, no quilômetro 35 toma-se uma estrada não pavimentada à direita, com destino a Bocaiúva do Sul e segue-se por esta até a localidade de Pacas, onde o caminho passa a ser a mesma estrada da empresa Berneck.

## 4. HISTÓRICO E ANTECEDENTES LEGAIS

### Criação e Ampliação do Parque Estadual da Lauráceas

O Estado do Paraná, através do Decreto Estadual nº 125, transferiu à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração - FPCI, empresa de direito público, uma área de terras correspondente a 44.057 ha, nos municípios de Bocaiúva do Sul e Adrianópolis, terras nas quais esta Empresa iniciou um processo colonizatório embasado nos estudos realizados pela Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins – CIVAT.

Devido ao relevo montanhoso e às dificuldades de acesso à gleba a colonizar, os esforços para efetivar o processo colonizatório redundaram em fracasso, principalmente na região norte da gleba, onde hoje encontra-se o PEL.

Com a extinção da FPCI, o poder executivo estadual ficou autorizado a alienar os imóveis constantes do levantamento do acervo líquido da extinta Fundação e efetuar a regularização de seu acervo patrimonial, inclusive a área de 44.057 ha. Desta área, o Estado destinou, 9.700 ha para a criação do PEL, através do Decreto Estadual nº 729 de 27/06/1979.

Após estudos efetuados na região do Parque, constatou-se a existência de áreas próximas, passíveis de serem incorporadas à Unidade. Desta forma, através do Decreto Estadual nº 5.894 de 27/06/89, o Parque foi ampliado, passando a 23.863,48 ha. A última ampliação ocorreu através do Decreto Estadual nº 4.362 de 08/12/94, elevando a área para 27.524,33 ha.

### Disputas Judiciais

Em 1989, quando o Parque teve sua área ampliada, surgiram vários problemas dominiais, entre os quais a existência de registros imobiliários duplicados. Um dos casos mais críticos envolveu o Estado e a Indústria Agropecuária Deneck, que explorava madeira desde 1975 na área que passou a integrar o Parque e foi obrigada a interromper a atividade

exploratória em 1991.

### Atividades de Fiscalização

No início da década de 70, o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) mantinha funcionários na Colônia João XXIII que exerciam várias funções, entre elas a fiscalização de terras pertencentes ao Estado, impedindo a invasão por posseiros e extração clandestina dos recursos naturais.

Além da base existente na Colônia João XXIII, em 1977, o ITCF construiu outras duas junto ao Parque: uma delas em João Surrá e outra em Córrego do Franco, respectivamente nas regiões norte e leste da Unidade, ambas fora de seu perímetro.

Os funcionários que atuavam na fiscalização do Parque e das áreas próximas pertencentes ao Estado, revezavam-se nas três bases. A quarta base do Parque foi estabelecida por volta de 1986, em Caratuval.

Na Unidade, as atividades fiscalizatórias desenvolveram-se intensivamente entre 1981 e 1987, período na qual foram remanejadas 10 famílias de posseiros que ocupavam terras no local denominado Caratuval. Estas e outras 18 famílias que residiam no interior da Unidade, foram reassentadas nas localidades São João e Córrego do Franco, na divisa com o Estado de São Paulo, em áreas pertencentes ao acervo patrimonial do Estado do Paraná.

No período compreendido entre 1989 e 1992, o Batalhão da Polícia Florestal (BPFlo), subsidiado pelo ITCF, manteve um posto de fiscalização em Caratuval, com o intuito de conter possíveis invasões. Devido à falta de condições materiais para fiscalização e à precariedade de acessos que dificultavam a manutenção logística das atividades fiscalizatórias, o Batalhão retirou-se do local. No ano de 1992, a base de Córrego do Franco foi desativada por falta de pessoal. Em 1998, o posto de fiscalização em Caratuval foi demolido devido às precárias condições de conservação e perda de sua funcionalidade.

### Atividades Gerenciais

Em maio de 1997, com recursos do Paraná Rural, foi construída a Sede do Parque, em Caratuval. A partir de junho do mesmo ano, o Parque foi inserido no Programa Proteção da Floresta Atlântica (Pró-Atlântica), passando a receber recursos da cooperação financeira bilateral entre os governos do Brasil e da Alemanha.

Em março do 1998, com o apoio da Madeireira Berneck, proprietária de terras vizinhas ao Parque, ocorreu o reavivamento do leito da estrada que liga a Sede à porção central do Parque, no local onde existiu a serraria da Deneck, facilitando a realização de atividades

administrativas e de fiscalização.

Em julho de 1999, a Sede em Caratuval foi mobiliada e meses depois instalado um gerador a diesel. Neste mesmo ano, através do ICMS-Ecológico foi estabelecido um acordo com a prefeitura de Tunas do Paraná, em que esta contratou um novo funcionário que passou a atuar como guarda-parque, residindo também em Caratuval.

O primeiro grande estudo realizado na Unidade ocorreu de janeiro a outubro de 2000, com a realização da Avaliação Ecológica Rápida (AER), durante a qual o Geólogo Luciano Rabello faleceu em um acidente na travessia do rio Pardo, na divisa com o Estado de São Paulo.

No início de 2002, foi realizada a reforma e aquisição de mobiliário para a Sede existente na localidade João Surrá e, para ocupá-la, a prefeitura municipal de Adrianópolis contratou um funcionário, tendo como base um acordo também estabelecido através do ICMS-Ecológico. Contudo, persiste a dificuldade em manter um funcionário neste local.

## 5. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A estrutura fundiária do Vale do Ribeira remonta desde os primórdios da história brasileira das sesmarias e donatarias<sup>3</sup>. Segundo a lei das sesmarias, as concessões deveriam ser registradas dentro de um prazo, após o qual eram automaticamente devolvidas ao Estado, daí denominadas de terras devolutas (MAN YU & SVOLENSKI, 2000).

Provavelmente devido às limitações para a exploração econômica das terras, muitas áreas concedidas encontravam-se devolutas até o presente século. A maioria destas áreas<sup>4</sup> foram transmitidas do Estado para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração - FPCI e para o INCRA para assentamento rural, sendo o PEL Lauráceas constituído dos remanescentes de terras patrimoniais destas duas instituições. O PEL foi criado em 1979, inicialmente com 9.700 ha, área remanescente da Gleba 01 da Colônia E da FPCI. Em 1989 e 1990 foram adicionadas, respectivamente, áreas remanescentes do Núcleo Colonial Marquês de Abrantes do INCRA, totalizando a área de 27.524 ha.

A formação histórica da região legou uma estrutura fundiária de extremos. De um lado, as transmissões de sesmarias aos descendentes e, de outro, assentamentos de sem terras ou regularização de posseiros. Soma-se a este quadro a política pública dos anos 70 que incentivou a compra de terras e a implantação de empreendimentos agropecuários e florestais de pessoas jurídicas, através de incentivos fiscais, agravando ainda mais a concentração da

---

<sup>3</sup> Segundo levantamento dominial do Parque Estadual das Lauráceas realizado pelo C.T.C.-Coordenadoria de Terras e Cadastro da SEMA, o imóvel rural lançado nº 07 - Imóvel Sesmaria do Putunã, com área de 13.068 ha, no limite sul do Parque, foi concedido ao Sr. Antônio José Pinto Bandeira, registrado em São Paulo em 14/01/1805. Atualmente esta área pertence à Agropecuária Novo Horizonte do Sr. Zugmann.

<sup>4</sup> Glebas 01,02 e 03 da Colônia E a leste do Parque e Núcleo Colonial Marquês de Abrantes a oeste.

terra.

No entorno do Parque encontra-se hoje, de um lado, grandes empresas reflorestadoras com até 25.000 ha e, de outro, pequenos posseiros nativos com 1 a 3 ha e inclusive sem-terras (MAN YU & SVOLENSKI, op cit).

Devido justamente ao difícil acesso e ao relevo acidentado, o Parque não apresenta, hoje, moradores dentro dos limites. As famílias que ali residiam e desenvolviam a agricultura de subsistência, foram realocadas há 10 anos para a comunidade de São João.

Duas famílias em Mato Preto, remanescentes da época da exploração madeireira, se encontram em situação duvidosa quanto à localização de parte de suas terras, onde se conclui que tal indefinição é antes fruto de imprecisão dos limites do Parque do que de invasão.

No córrego do Querosene (na Região Nordeste do Parque) ainda existe uma família de posseiros situada no interior da Unidade.

Cabe mencionar que resta a finalização de uma pendência de litígio na Gleba 3, a qual foi incorporada ao Parque em 1990. Havia nesta terra patrimonial do Estado, dois lotes (n<sup>o</sup> 51 e 52) extremados a particulares. Estes já foram indenizados, restando tramitar o processo de retransmissão dos títulos ao Estado.

A Figura 3.3 mostra as áreas em processo de anexação, localizadas na região sudeste da Unidade.

Atualmente, o Parque está sendo demarcado através da implantação de marcos de concreto. Após sua conclusão e dos processos de anexação de áreas, o Decreto da Unidade deverá ser readequado, ampliando-se sua área e redefinindo-se seus limites.

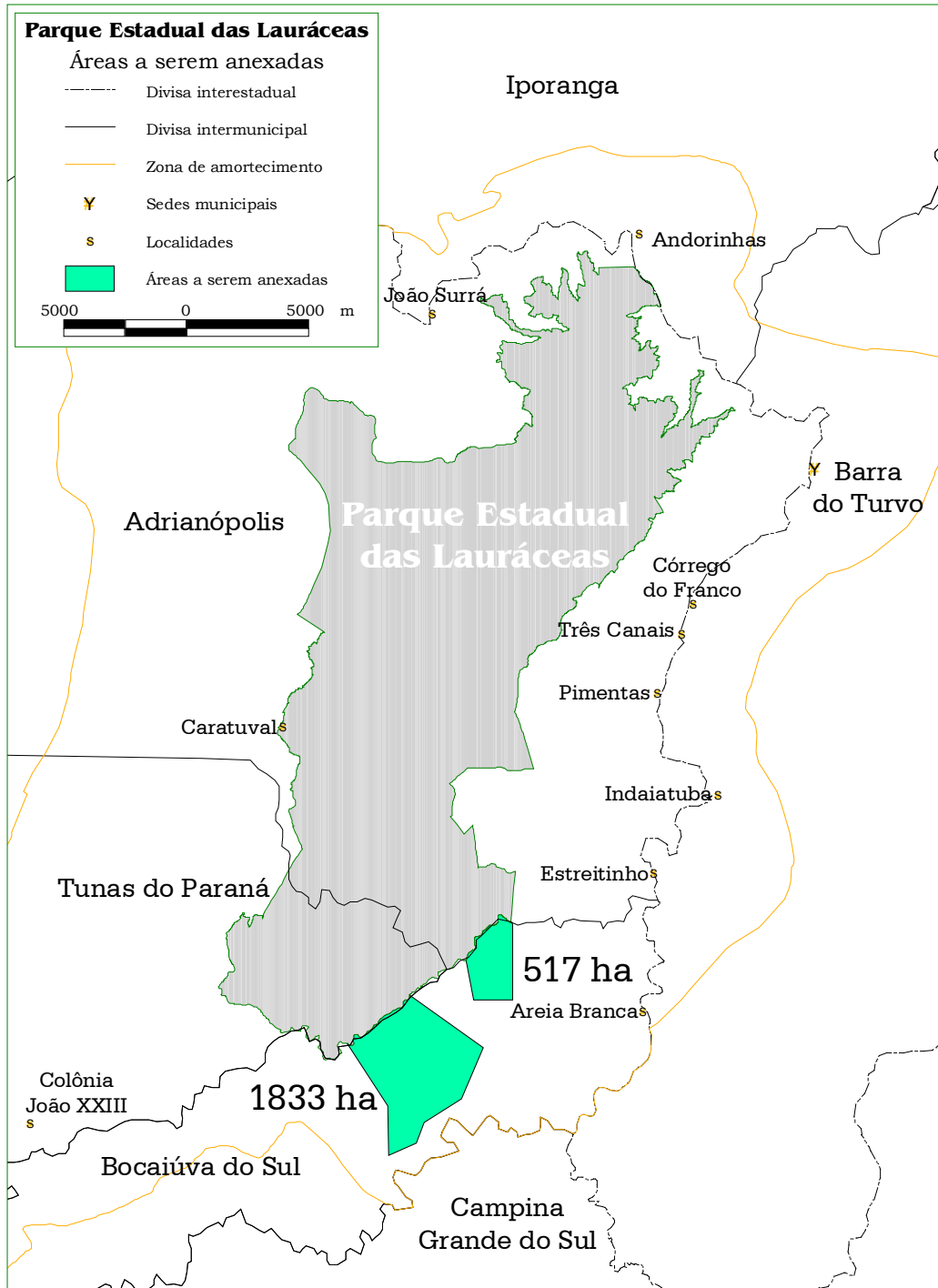


FIGURA 3.3 ÁREAS EM PROCESSO DE ANEXAÇÃO

## 6. CONTEXTO ESTADUAL

O Estado do Paraná conta com 73 unidades de conservação em seu território, das quais 10 são federais e 63 estaduais. Destas, 33 são de manejo sustentável (5 federais e 28 estaduais) e 40 de proteção integral (5 federais e 36 estaduais) (Figura 3.4).

Das unidades de conservação de proteção integral existentes no Paraná, 27 são Parques Estaduais, 3 são Parques Florestais, 5 são Estações Ecológicas Estaduais, 4 são Parques Nacionais e apenas uma é Reserva Biológica Estadual (REBIO São Camilo).

A área protegida pelo Governo do Estado do Paraná através das unidades de conservação é de 1.786.701,4 ha, dos quais 62.960,94 ha estão sob a categoria de manejo Parque Estadual, ou seja, 5,31% da área.

O PEL é a maior unidade de conservação de proteção integral gerenciada pelo Estado do Paraná e contribui, oficialmente, com 27.524,33 ha o que representa 43,72% do total de áreas protegidas sob esta categoria de manejo.

Algumas das categorias de manejo atualmente utilizadas nas UCs estaduais não se enquadram no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal nº 9.985/00), como o Parque Florestal, a Área Especial de Interesse Turístico – AEIT e o Horto Florestal.

Encontra-se em tramitação a aprovação o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC que demandará o reenquadramento dessas categorias de forma a atender ao SNUC.



FIGURA 3.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARANÁ

## 7. CONTEXTO REGIONAL

### 7.1 Área de Influência

A Área de Influência do PEL é composta pelos municípios onde está inserida a Unidade e aqueles muito próximos a ela (Figura 3.5), ou seja: Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul, no Estado do Paraná, e Barra do Turvo e Iporanga, no Estado de São Paulo.

Nesta área residem 32.410 habitantes, com 19.668 nos três municípios paranaenses e 12.772 habitantes nos dois municípios paulistas. Cerca de 64,2%, desta população é rural e 35,8% urbana. Quatro municípios possuem uma concentração superior a 60% de sua população residente no campo, com as maiores taxas em Adrianópolis (77,0%) e Barra do Turvo (64,4%). Apenas Iporanga tem uma taxa de 54,2% de população rural. Destes municípios, Bocaiúva do Sul é o que possui o maior número de habitantes (9.047), seguido por Barra do Turvo (8.180) e Adrianópolis (7.006).

As taxas de crescimento da população nos municípios paranaenses variam de negativas em Adrianópolis, com -1,15%, a baixas em Bocaiúva do Sul (1,32%) e Tunas do Paraná (1,35%).

#### Economia

Em Adrianópolis a maior participação no PIB provém da indústria (44,96%), seguida pelo setor de comércio e serviços (41,28%) e pela agricultura (13,75%). As três principais atividades são agricultura, pecuária e indústria extrativa de minerais.

Os principais produtos agrossilvipastoris são o leite, a madeira para celulose e papel e a banana. No setor industrial predominam a metalurgia, os produtos alimentícios e os minerais não metálicos.

Em Bocaiúva do Sul o PIB é composto pelo setor de serviços (69,69%), agricultura (25,25%) e indústrias (5,06%). As principais atividades são agricultura, silvicultura e comércio.

Seus principais produtos agrossilvipastoris são a extração de madeiras para lenha e toras, além do milho em safra normal. No setor industrial os produtos que se destacam são os mobiliários, a metalurgia, os minerais não metálicos e a madeira.

Em Tunas do Paraná o PIB é composto pelo setor de serviços (65,25%), agricultura (29,32%) e indústrias (5,43%). As três principais atividades no município são a silvicultura, a indústria extrativa de minerais e o comércio.

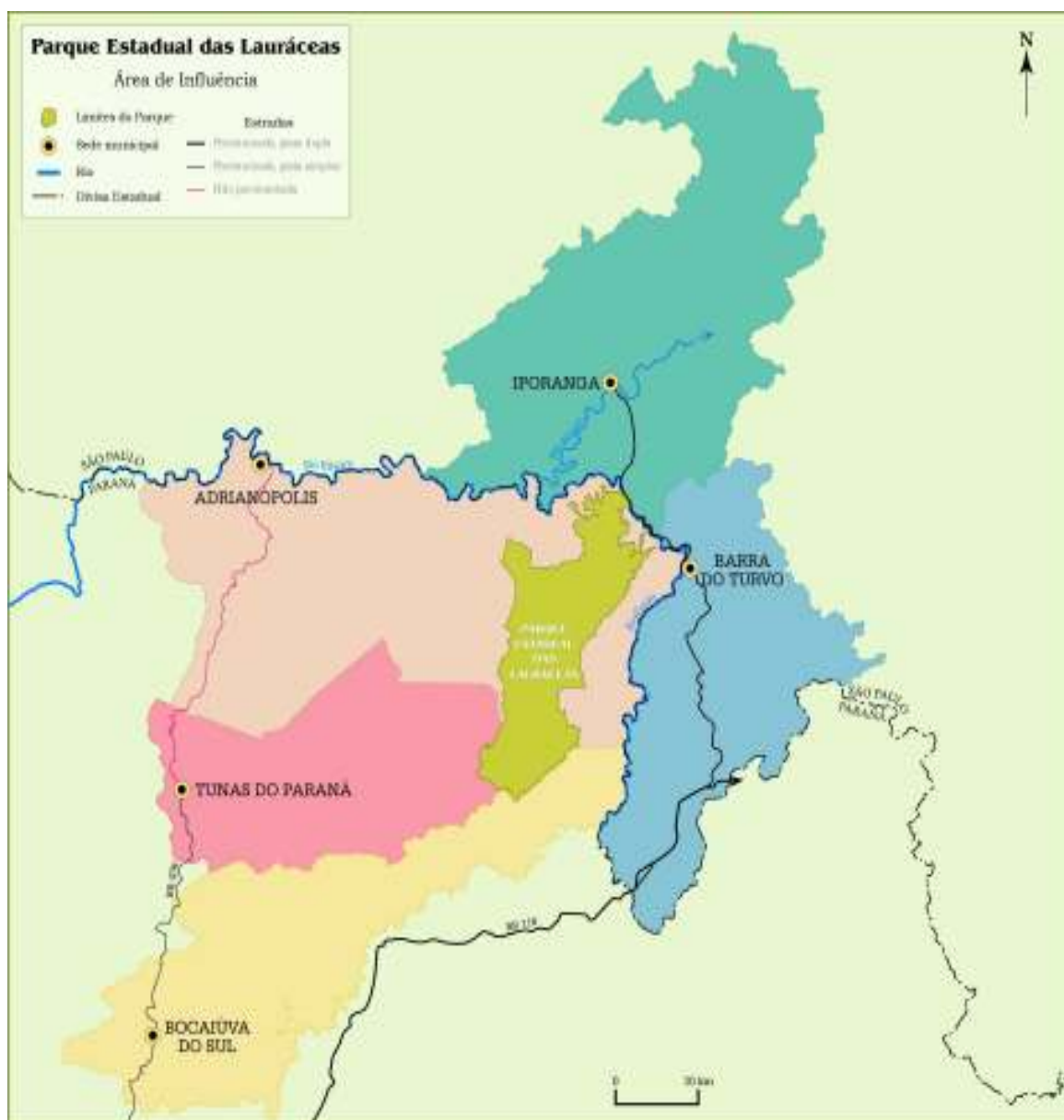


FIGURA 3.5 ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PEL

Seus principais produtos agrossilvopastoris são a extração de madeiras para lenha e toras, além do milho em safra normal. No setor industrial os produtos que se destacam são os minerais não metálicos e a madeira.

Barra do Turvo tem na agricultura, na pecuária e no comércio suas principais atividades. O município produz banana e maracujá em suas culturas permanentes; arroz, feijão, mandioca e milho em suas culturas temporárias; poucos bovinos e frangos na pecuária e inexpressivo volume de lenha e toras na silvicultura.

A agricultura, a pecuária e o turismo são as principais atividades de Iporanga, que tem como produtos agrícolas principais a banana, o arroz, o feijão, a mandioca e o milho. As

atividades de silvicultura são incipientes, sendo inexpressivas a extração de madeiras para produção de carvão, lenha e toras, assim como a pecuária com os rebanhos de bovinos e frangos.

No Estado de São Paulo os índices de qualidade de vida são os mais baixos. Além disso, é uma região peculiar por ser uma das áreas menos urbanizadas daquele Estado, com grande parcela da população vivendo em áreas rurais e desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência e extrativistas.

Grande parte do território do Vale constitui-se de unidades de conservação com diferentes graus de restrição ao estabelecimento das populações e às atividades econômicas o que, segundo alguns, compromete o desenvolvimento regional.

Nas últimas décadas, projetos de desenvolvimento para a região baseados no turismo, agropecuária, mineração, especulação imobiliária, madeireiras e usinas hidrelétricas entraram em conflito com a política ambiental.

Um dos empreendimentos mais debatidos na região é a construção de barragens destinadas à produção de energia elétrica, abastecimento de água para a Região Metropolitana de São Paulo ou para controle de enchentes, por ser o rio Ribeira do Iguape o único grande rio do Estado de São Paulo ainda livre de barramentos.

Outro potencial agroindustrial regional voltado aos produtos do Vale é a industrialização do purê de banana, do palmito e derivados do leite, bem como outras atividades atualmente praticadas de forma artesanal e informal, como a piscicultura e a ranicultura.

A Área de Influência é cortada a leste, pela BR-116, Rodovia Régis Bittencourt que liga São Paulo a Curitiba. Atualmente esta importante artéria de escoamento de produtos está em fase de duplicação o que permitirá a comunicação rápida com as principais capitais do Sul-Sudeste do país.

### Meio Ambiente e Unidades de Conservação

As unidades de conservação existentes na Área de Influência estão localizadas nos municípios de Tunas do Paraná (Parque Estadual de Campinhos), Barra do Turvo (Parque Estadual de Jacupiranga, APA da Serra do Mar) e Iporanga (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR e Intervalos).

Para o Estado de São Paulo, as unidades de conservação do Vale do Ribeira são as maiores e mais problemáticas e representam os maiores remanescentes contínuos de Floresta Atlântica.

## Relevo

A região estudada situa-se na margem sudeste da Plataforma Continental Sulamericana e engloba unidades geológicas do Cinturão Móvel Ribeira, descrito por BRITO-NEVES E CORDANI (1991) como um sistema complexo de *nappes* e fatias tectônicas formadas pela interação das massas cratônicas do São Francisco e rio Paraná, com a projeção nordeste do cráton rio de La Plata.

No Paraná este cinturão é composto principalmente por rochas deformadas, de diferentes graus metamórficos, pertencentes ao Grupo Açungui, Complexo Setuva, Complexo Pré-Setuva e, ainda, por intrusões graníticas diversas (FIORI *et al.*, 1987), sendo o embasamento deste cinturão constituído pelas rochas do Complexo Costeiro.

## Hidrografia

Em relação à hidrografia, a Área de Influência está localizada na Bacia Hidrográfica do Atlântico, representada pelo rio Ribeira e seus tributários. O maior tributário do Ribeira na Área de Influência é o rio Pardo, que divide os Estados do Paraná e São Paulo a leste do PEL. São seus afluentes significativos os rios Turvo, no município de Barra do Turvo-SP, e o Capivari, que nasce em Bocaiúva do Sul-PR.

## Vegetação

A Área de Influência está localizada na região de domínio da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) em sua maior parte. As partes oeste e sudoeste dos municípios paranaenses estão no domínio da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária).

## Fauna

A região, do ponto de vista da avifauna, esta inserida na área de endemismo “Serra do Mar Center” de CRACRAFT (1985), que engloba a estreita faixa de floresta situada ao longo da costa brasileira, desde o Nordeste até a Região Sul.

## 7.2 Vale do Ribeira

A história dos municípios pertencentes à Área de Influência está diretamente relacionada ao vale do rio Ribeira, principal eixo de colonização e expansão regional durante os séculos XVI a XIX, cuja ocupação ocorreu no século XVI, impulsionada pelo ciclo do ouro, iniciada no litoral paranaense. No início do século XVII, com o esgotamento do ouro de aluviões, estes povoados entraram em declínio sem ter desenvolvido núcleos populacionais.

Após o ciclo do ouro, a população do Vale do Ribeira se dispersou na agricultura tradicional de subsistência, praticando a roça itinerante em terras devolutas e empregando o fogo para a limpeza do terreno. Devido à presença de solos rasos sobre as encostas e topos de morro e ao regime pluviométrico da região, esta prática contribuiu para o desmatamento permanente de alguns cumes de morros. Mais tarde a atividade dos tropeiros e o corte da madeira reavivaram a economia do Ribeira.

Durante o século XX as atenções voltaram-se para as áreas planas do norte e oeste do Paraná, com o café e a agricultura diversificada cada vez mais mecanizada, marginalizando o Vale do Ribeira no processo de desenvolvimento econômico do Estado.

O desenvolvimento econômico regional ascendeu e declinou em quatro momentos:

- com a construção da Estrada da Ribeira em 1932, ligando Curitiba a São Paulo e seu posterior declínio na década de 60, com o deslocamento do eixo econômico após a conclusão da BR-116;
- com o início das atividades minerárias industriais com a instalação da empresa Plumbum S.A. em 1939, no município de Adrianópolis, que encerrou suas atividades em 1995;
- com os esforços de colonização encetados pelo INCRA/FPCI<sup>5</sup> de 60 a 80 a fim de promover o desenvolvimento da região, mas que resultaram ineficientes devido às condições desfavoráveis de relevo e isolamento; e
- com os incentivos fiscais concedidos aos reflorestamentos na década de 70, que resultaram em plantações de *Pinus spp.*, mas que concentrou terras e gerou poucos empregos em função de uma política florestal mal implantada.

O Vale do Ribeira hoje é a região mais pobre dos Estados do Paraná e de São Paulo. Apesar dessa região concentrar a quase totalidade da produção paranaense de cal, o que lhe confere a posição de terceiro maior produtor nacional, e também concentrar a maior parte da produção paranaense de minérios, a arrecadação alavancada pela indústria cimenteira não

tem se traduzido em avanços econômicos ou sociais.

Os municípios de Adrianópolis e Tunas do Paraná, onde se insere o Parque Estadual das Lauráceas, caracteriza-se pela concentração de terras e renda e pelo declínio da atividade agrícola familiar, protagonizadas pelas políticas de incentivos fiscais dos anos 1970/80.

Em termos de produção agrícola houve uma retração geral das áreas das principais culturas de renda, com diminuição das áreas cultivadas com produtos de mercado e de subsistência, imposta pela dificuldade de acesso, pelos solos fracos e não mecanizáveis, pela incapacidade de custear os insumos para elevar a produtividade, pelos financiamentos elitizados e pelos preços relativos agrícolas declinantes.

Depoimentos obtidos em campo por MAN YU & SVOLENSKI (2000) corroboram a tendência de expansão das fazendas de pecuária e redução da agricultura de subsistência, provavelmente utilizadas para o plantio de pinus, no auge dos incentivos fiscais.

Em muitas localidades são comuns moradores que possuem apenas um pequeno lote no povoado por terem, eles próprios ou seus pais, vendido suas terras aos fazendeiros ou cidadãos que agora os cercam por todos lados com pastagens ou chácaras de lazer.

Com respeito às características físicas da região, a utilização da terra para a silvicultura é bastante condizente. Entretanto, isto não necessariamente ocorre para os aspectos sociais, pela concentração de terra e de renda que acarretam, pelo longo período de maturação do investimento e pela baixa oportunidade de arrecadação. Hoje, tanto o município de Adrianópolis quanto o de Tunas do Paraná têm nesta atividade a primeira em utilização da terra e a principal geradora de renda e de empregos.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Tunas do Paraná, 47% (29.000 ha) de uma área total de 625 km<sup>2</sup> é ocupada por plantio de pinus. No município de Adrianópolis a área é menor comparada a Tunas e a floresta nativa ocupa uma área maior do que os povoamentos plantados.

A atividade florestal é mais dinâmica e adiantada em Tunas do Paraná do que em Adrianópolis, pois além de possuir uma área mais extensa, os povoamentos já estão em idade de desbaste. Tunas também conta com a vantagem adicional de estar mais próximo do mercado consumidor regional que é a Região Metropolitana de Curitiba. Há inúmeras serrarias instaladas neste município, as quais empregam significativamente a mão-de-obra local. Segundo dados da EMATER local, 60% da população oficialmente empregada é vinculada a atividades florestais. Percebe-se que as comunidades a sudoeste do Parque, pertencentes ao município de Tunas estão prioritariamente voltadas à atividade de beneficiamento enquanto os serviços florestais nas comunidades pertencentes a Adrianópolis, têm se limitado à resinagem.

---

<sup>5</sup> FPCI - Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que se transformou no ITC – Instituto de Terras e Cartografia. Mais tarde incorporou a fiscalização e o controle das florestas transformando-se em ITCF, e no final dos anos 80 fundiu-se com a SUREHMA, originando o atual IAP-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ.

As atividades minerárias ocorreram até meados da década de 90, quando a Plumbum S.A., (chumbo) e a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (fluorita) encerraram suas atividades, face ao mercado desfavorável.

É incontestável o fluxo do êxodo rural - 30% nos últimos 10 anos e 50% nos últimos 20 anos (MAN YU & SVOLENSKI, *op cit*).. A população que evade do campo é composta principalmente de jovens à procura de alternativas de trabalho nos centros urbanos. Os remanescentes são constituídos principalmente de desempregados e idosos, cuja aposentadoria passa a constituir o arrimo da renda familiar. Permanece no campo uma população empobrecida, envelhecida, desestimulada, parcialmente desempregada e dependente.